

**TERIAM AS MÃES DAS SOCIEDADES PRÉ-MODERNAS  
AMADO SEUS FILHOS E FILHAS?  
CONSIDERAÇÕES SOBRE AFETIVIDADE PARENTAL: UM  
FOCO NA PENÍNSULA IBÉRICA E NA IRLANDA (VII-XIII)**

**Would pre-modern mothers have loved their children?  
Considerations about parental affection:  
A focus in the Iberian Peninsula and in Ireland (7th-13th)**

Elaine Cristine dos Santos Pereira Farrell<sup>1</sup>  
Pós-doutoranda do Programa de Pós Graduação em História Comparada (PPGHC) e do  
Instituto de História (IH) da UFRJ  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6811-3066>  
E-mail: [elainepereirafarrell@gmail.com](mailto:elainepereirafarrell@gmail.com)

Recebido em: 28/11/2023  
Aprovado em: 24/03/2024

**Resumo**

O objetivo deste artigo é refletir sobre o afeto parental em sociedades pré-modernas. Partindo de conclusões traçadas pelo historiador francês Philip Ariès e da socióloga francesa Élisabeth Badinter, pesquisadores em diferentes áreas do conhecimento têm mantido a perspectiva de que a maternagem, como prática, surgiu na era vitoriana, e que as crianças recebiam pouca importância, valor, cuidado e apreciação em sociedades pré-modernas. Portanto, o objetivo é contribuir para a desconstrução desta imagem, analisando estudos recentes sobre sociedades da Península Ibérica e da Irlanda, bem como algumas fontes produzidas por estas. Este artigo demonstra que estudos sobre maternagem em sociedades pré-modernas têm ganhado espaço, bem como estudos sobre as emoções nas investigações vinculadas à esta, tanto no campo de história quanto da arqueologia. As evidências selecionadas demonstram que há vestígios de afeto entre indivíduos, particularmente entre adultos e crianças. O ato de nutrir e educar eram vistos como forjadores de laços afetivos, e que o aborto e o infanticídio não eram banalizados, e ocorriam, sobretudo, em caso de adversidades.

**Palavras-chave:** Mães; Maternidade; Maternagem; Afeto parental; Infância; Morte

**Abstract**

The objective of this article is to consider about parental affection in pre-modern societies. Based on conclusions established by the French historian Philip Ariès and by the French sociologist Élisabeth Badinter researchers in different schools of thought have maintained the perspective that mothering, as practice, emerged in the Victorian age, and that children received little importance, value, care and appreciation in pre-modern societies. For that reason, the aim is to contribute to de-construct this image, analysing recent studies about societies of the Iberian Peninsula and Ireland, as well as some sources produced by them. This article demonstrates that studies on mothering in pre-modern societies are gaining room, as well as the studies about emotions related to it, be it in the field of history or archaeology. The evidences selected demonstrate that there are traces of affection between individuals, particularly between adults and children. The act of feeding and educating were perceived as elements that would nurture affective bonds. Also abortion and infanticide were not practiced in a banal manner, they used to occur primarily in cases of adversities.

**Keywords:** Mothers; Motherhood; Mothering; Parental Affection; Childhood; Death

### **Introdução: Philip Ariès, a infância e a maternagem**

Em 1960 Philip Ariès publicou a obra *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Regime*, traduzida para o idioma português como *História social da criança e da família*. Esta obra, como as demais de Ariès, abriram novos caminhos investigativos no campo da história, e continua sendo citada por pesquisadores em várias áreas do conhecimento com interesse na família, na infância e na morte, temáticas que interessaram a Ariès e também nos interessam no âmbito deste artigo.

Um assunto correlato aos temas explorados por Ariès, mas apenas recentemente estudado, é a questão da maternidade/maternagem, que começou a ganhar atenção na década de 1980. Como já sabemos, o movimento feminista, sobretudo nas décadas de 1960 e 1970, tiveram um forte impacto na academia, abrindo os olhares para novas perspectivas que incluíam a mulher nos estudos acadêmicos desenvolvidos nas humanidades. Já a questão da paternidade/paternagem está surgindo agora, ainda de forma muito tímida.

Por sua vez, o trabalho da socióloga francesa Élisabeth Badinter, *L'amour en plus: histoire de l'amour maternel XVII-XX siècle* (1980), traduzido como *Amor Conquistado: o mito do amor materno*, foi crucial no processo de trazer o papel social atuado pelas mulheres-mães para as discussões acadêmicas, e não acadêmicas. Outros trabalhos em língua inglesa foram igualmente importantes, como *Inventing Motherhood: the consequences of motherhood* de Ann Dally (1982), *The Myth of Motherhood: how culture reinvents the good mother* de Shari L. Thurer (1994) e *Of Woman Born* de Adrienne Rich (2004). Contudo, este impacto foi mais evidente em disciplinas e departamentos de línguas e literaturas, e centros dedicados aos estudos de gênero e história das mulheres. Um exemplo disto é a produção de Andrea O'Reilly, professora da York University em Toronto, Canadá. O'Reilly é extremamente prolixa no campo de estudos sobre maternidade. Ela editou a *Encyclopedia of Motherhood* (3 volumes, 2010), fundou e é a editora-chefe do *Journal of the Motherhood Initiative* (1999-) e dentre seus diversos livros e artigos destaca-se a coletânea por ela editada intitulada *From Motherhood to Mothering: the legacy of Adrienne Rich's Of Woman*

*Born* (2004). Estes trabalhos são essenciais para a reflexão das ideias de maternidade construídos e propagados nas sociedades modernas e contemporâneas, assim como as formas de maternagem empreendidas.

A própria divisão e interpelação dos conceitos de maternidade e maternagem foi elaborado por Adriene Rich. Ela diferencia entre o potencial das mulheres em serem mães, e a instituição maternidade tal qual definida (e redefinida) pelo patriarcado. Deste modo, as formas de maternagem seriam influenciadas pelas ideias patriarcais de maternidade. Portanto a maternidade (*motherhood*) seria institucional, patriarcal, definida por homens e conseqüentemente uma fonte de opressão para as mulheres, enquanto que maternagem (*mothering*) seria a maternidade como experimentada pelas mulheres, definida com parâmetros femininos, e, portanto, uma fonte de empoderamento para as mulheres, porém o primeiro influenciaria no segundo (Green, 2010: 839-840).

Outros campos também tem contribuído para este debate, sobretudo, as áreas da saúde humana, destacando-se a medicina reprodutiva, obstetrícia, ginecologia, pediatria e nutrição, devido aos avanços da ciência e tecnologia, bem como áreas afins, serviço social, ciências sociais, psicologia, neurologia e pedagogia. Devido a isto, pesquisadores e pesquisadores destas áreas têm se demonstrado interessados na *história* da maternidade, e publicado sobre o assunto. Por um lado, isto é muito positivo, pois demonstra um interesse acadêmico amplo, e até mesmo fora da academia pela história da maternagem. Tais materiais nos informam sobre as reflexões que as sociedades atuais têm estabelecido sobre o papel social da mãe, do pai, e dos outros agentes de educação e de cuidado com a infância, e uma busca por entender como estas relações se davam em sociedades passadas. Por outro lado, isto sinaliza que os profissionais especializados e preparados para a produção de estudos *históricos*, os historiadores, não estavam atentos e respondendo a estas questões, sobretudo, em língua portuguesa.

A fim de ilustração mencionarei um trabalho que nos é diretamente relevante para este estudo.<sup>3</sup> Em 2014 um grupo de pesquisadoras das áreas da psicologia e da sociologia publicaram na revista *Pensando Famílias* um artigo sobre “Maternidade e formas de Maternagem desde a Idade Média à Atualidade”. Porém, as obras usadas para

criar um panorama do medievo, ou pré-moderno, <sup>4</sup> foram as obras dos franceses traduzidos no Brasil, Ariés e Badinter, supracitadas. Qual é o problema disto? Ainda que estas obras sejam importantes, elas são datadas. E qual é a consequência disto? A construção de uma visão equivocada do medievo, que produz uma ideia de atraso, inclusive no que tange às relações humanas e afetivas, nesta obra particularmente, das relações dos adultos para com a infância, e uma falsa ideia de progresso e avanço produzidos pelo renascimento, industrialização, reforma protestante, e modernidade. Todavia, isto se dá devido à escassez de uma produção atualizada no assunto.

Antes de aprofundar nos problemas e apresentar caminhos, quero veementemente deixar claro que mais louvo a iniciativa das colegas de outras áreas do que as critico. Ao contrário, sou grata a estas áreas por despertarem em nós historiadoras (e alguns historiadores, bom será quando forem mais, pois este não precisa ser um campo exclusivo do feminino) o interesse em estudar as maternidades e as formas de maternagem. Minha crítica aqui é mais ao campo da história, que, ou por conservadorismo, ou força do hábito, não se dedicou suficientemente ao tema. A estes quero estimular a reflexão, e aos colegas de outras áreas, proponho a continuidade do diálogo e do trabalho multidisciplinar para construirmos esta *história* juntos.

Bom, seguindo com as reflexões; primeiramente sobre o trabalho de Ariés, como afirmado, é um *landmark*. Impactou a historiografia positiva e negativamente, mas é datado e possui problemas e limitações. O trabalho dos historiadores tende a se manterem relevantes por muitos anos, e a desatualização no nosso campo ocorre de maneira mais lenta em relação aos avanços mais rápidos nas áreas da saúde, mas a desatualização também ocorre. Para citar uma limitação do trabalho de Ariés, como bem destacou um colega da área de educação, o trabalho dele é centrado em classes sociais abastadas, aristocracia e nobreza, e as crianças (e conseqüentemente as mães) da classe trabalhadora, exploradas pelo capitalismo emergente não são iluminadas neste estudo (Hermida, 2021: 17-30).

Já apontando aí para o nosso interesse, uma outra questão é que os pesquisadores das décadas de 60-70 se debruçavam nos ideais de maternagem do mundo moderno e estabeleceram, sobretudo, estudos focados em sociedades europeias, e, friso, de

*algumas* sociedades europeias, de pessoas brancas e de determinadas classes sociais. A expansão e multiplicidades de sociedades, etnias, raças, classes, países, recortes, escalas, etc., em todos os campos de estudos, é relativamente recente. O segundo problema reside, então, na visão ultrapassada, mas ainda longe de ser superada, de que o período compreendido como medievo era essencialmente atrasado, e que as experiências de alguns países europeus refletem as experiências globais daquela época.<sup>5</sup>

A terceira e última questão refere-se à parte central do artigo da qual vou desmembrar a minha análise sobre o medievo. Qual o nível de afeto e importância desprendido às crianças e à infância nas sociedades pré-modernas? Havia mesmo uma falta de cuidado apropriado dedicado a estas? Será que os altos índices de mortalidade infantil, e até mesmo adulto, provocava um descaso para com a prole e uma banalização e indiferença em relação à morte? Estes foram os argumentos propostos por Ariès e que ainda guiam e permeiam o trabalho de colegas não especializados em história.

### **Evidências para relações de afetividade**

Antes de citar os exemplos da história, eu peço licença para adentrar ao campo da área da saúde, reconhecendo deste já a minha limitação e compreensão impressionista, na torcida de que eu não esteja projetando entendimento desatualizados. Refletindo sobre a oxitocina, o dito “hormônio do amor”, o qual atualmente ouvimos e lemos tanto a respeito. Ele é frequentemente associado a aspectos da maternidade biológica, como o parto e a amamentação. Todavia, estudos já indicaram que ele não é um hormônio exclusivo das mulheres, nem exclusivamente relacionados à geração, nutrição e construção dos vínculos afetivos entre mãe-bebê. Ele está presente também nos homens, e para além das questões reprodutivas, está relacionado a funções sexuais, dentre outras.

De fato, a medicina atual entende que contribui para a produção de “atitudes maternas”, que podem ser entendidas como coisas múltiplas. Vou usar aqui para o âmbito deste trabalho uma delimitação de maternagem como uma tríade fornecida por Sarah Ruddick e aplicada ao contexto anglo-saxão por Mary Dockray-Miller: proteção,

nutrição e treinamento, ou seja, a inserção cultural da criança na sociedade (Dockray-Miller, 1999: 2, 4-5, 32, 88, 117). Mas a oxitocina também contribui para o estabelecimento de outros vínculos socioafetivos (*bonding*), por isto, ela pode gerar as ditas “atitudes maternas” em pessoas de qualquer sexo. Portanto, os avanços no campo da endocrinologia vem buscado explicar como e por quê as pessoas amam (Navneet Magon, 2011: 3), providenciando uma explicação hormonal para o fenômeno amor. Mas para além da questão de gênero, que é em si importante, o meu ponto aqui é outro. Se os humanos produzem oxitocina, eles também produziam nas sociedades pré-modernas, tanto homens quanto mulheres. Assim, parto da constatação que me parece óbvia, de que as pessoas nestas sociedades também amavam, ou pelo menos a oxitocina gerava nelas vínculos afetivos que causam sentimentos protetivos que garantiram a perpetuação da espécie.

Agora, passando de uma premissa básica como esta, olhemos para as fontes. Há nas fontes históricas e arqueológicas evidências deste “amor”, de “atitudes maternas” de proteção, cuidado, nutrição, e afeto para com as crianças? Quer fosse por parte dos pais, quanto das mães? Apresento a seguir alguns estudos e algumas fontes, da Península Ibérica e da Irlanda, que contribuem para a conclusão de que a resposta é positiva.

Como assinalamos, no campo da história, a atenção à questão da reprodução humana, e da parentalidade, foi e ainda é infrequente e pontual, enquanto o estudo sobre a infância é mais prolixo, com destaque maior na educação. Porém, parece-nos que isto está mudando, e o tema maternidade está experimentando uma primavera nos campos da história e da arqueologia.<sup>6</sup> Vou elencar como um primeiro exemplo, um que pode parecer paradoxal ao suposto amor materno: o aborto e o infanticídio. Ariès, e inúmeros autores que o citam, interpretaram que na pré-modernidade a perda de filhos pequenos era vista com naturalidade, pois estes poderiam ser substituídos por outros. Esta conclusão se apoia no fato de que a mortalidade infantil era alta, e de acordo com esta perspectiva, o infanticídio era recorrente, praticado sobretudo por mulheres.

A mim parece-me mais que Ariès absorveu discursos da Inquisição, de obras como *O Martelo das Feiticeiras*, para pensar a relação das mulheres com as crianças.

Tais escritos apontavam, por exemplo, que parteiras poderiam roubar crianças para rituais obscuros, ideia que permanece no imaginário popular até hoje, e de que no dia das bruxas, ou do *Halloween*, mulheres envolvidas em religiões ocultas sequestrariam crianças com intuitos de sacrifício humano dedicados a entidades espirituais.

Felizmente a questão do aborto nas sociedades pré-modernas ganhou bastante atenção acadêmica nas últimas décadas, tendo eu também me dedicado a esta. Dois dos principais gêneros documentais (porém não os únicos) que nos permitem estudar o aborto são os tratados ginecológicos, obstétricos e da saúde da mulher, produzidos desde à antiguidade até a modernidade, e diversos textos normativos. Eu tenho trabalhado com os últimos há alguns anos, e com os primeiros, mais recentemente.

A minha conclusão geral é que os textos narrativos, quase que unanimemente proibem o aborto e o infanticídio. As penalidades diferem de comunidade para comunidade, de século a século; algumas são mais leves, outras mais severas. Contudo, via de regra, o objetivo destes documentos é a proibição e repressão da prática. Posso mencionar aqui, como exemplo, a Lei dos Visigodos (Scott, ed. e trad., 1910), a revisão posterior desta, o *Fuero Juzgo* (1815), penitenciais produzidos na Península Ibérica (Körntgen; Bezler eds. 1998), e os livros de penitenciais produzidos na Irlanda (ed. e trad. 1975) que antecedem aos ibéricos, dentre outras sociedades europeias. Alguns autores que se debruçaram sobre esta questão nestes documentos, para as sociedades circunscritas aqui, são Paloma Calatrava (2006), Rosiane Rigas (2020), Zubin Mistry (2015) e Marianne Elsackers (2010).

Ora, em primeiro lugar, as normas produzidas dentro do recorte deste trabalho (séculos VII-XIII) foram produzidas por sociedades cristianizadas, e, portanto, contra a prática. Mas a tendência em moralizar e proibir a prática data dos textos vinculados à Hipócrates (420-350 a.C.). Mesmo os antigos discutiam se deveriam ou não prover em seus tratados médicos métodos contraceptivos e expulsivos, evidenciando que a discussão filosófica sobre o assunto já ocorria (Calatrava, 2006: 40-44; Sorano *in* Pinheiro *et. all.*, 2020: 147-48). Cabe ressaltar que nem sempre as grávidas ou parteiras eram as únicas envolvidas. Outras pessoas poderiam participar do ato, tanto homens quanto mulheres, e serem por eles igualmente responsabilizados. Portanto, as mulheres

não eram as únicas que recorriam ao aborto. Cada fonte possui a sua narrativa e devem ser analisadas uma a uma.

Claro que se existiram na pré-modernidade textos propondo métodos abortivos, e/ou discorrendo sobre eles, e proibindo o ato. Assim, podemos partir do pressuposto de que fato abortos eram produzidos, ainda que a eficácia destes métodos sejam questionáveis. Porém, nestes *corpora*, mesmo quando a prática era condenada, havia o reconhecimento de que muitas situações se davam por motivos de necessidade, das mais diversas, tais como alta densidade populacional, alto número de filhos e tamanho da família, por razões de saúde e sobrevivência da mãe, ou por violência, seja questões relacionadas ao estupro, ou por mulheres serem forçadas por meio de violência ao aborto, razões nem sempre explicitadas nas fontes, ou por pobreza. Enfim, comumente casos graves que levavam pessoas a tomarem esta decisão. Raramente as fontes indicam motivos tidos pelos autores como frívolos, mas estes não são completamente absentes.

Para exemplificar, apresentarei cânones do *Paenitentiale Vigilantium* ou *Albeldense*. Este penitencial foi escrito na Península Ibérica, provavelmente entre os séculos IX-X, e foi copiado em dois manuscritos ricamente iluminados, diferentemente de outros manuscritos que contém penitenciais, indicando que não eram manuscritos com o objetivo pastoral de servirem a confessores. Manuscritos produzidos para uso pastoral eram geralmente pequenos, e simples, com pouca ou nenhuma imagem, de custo inferior de produção. Por isto, concluiu-se que os manuscritos ibéricos eram utilizados para consulta de autoridades régias (Meens, 2014: 167).<sup>7</sup> Tanto o penitencial quanto os manuscritos que o contém foram relativamente pouco estudados, os principais estudos foram produzido por Francis Bezler, em francês, havendo pouca produção para além desta, e, portanto, requerem mais atenção.<sup>8</sup> Os códices foram associados pela historiografia a Sancho III e talvez tenham sido instrumentos de uma política de rearmamento (Meens, 2014: 165-66).<sup>9</sup>

O penitencial contém quinze capítulos. O IX é sobre homicídio (*De Homicidiis*) e é sucedido por um “Sobre assassinatos por mulheres” (*De Interfectricibus mulieribus*).<sup>10</sup> Este capítulo contém onze cânones, sendo cinco deles sobre aborto e

infanticídio. O primeiro (cânone 50) indica quinze anos de penitência para uma mulher que matar o feto no útero ou para o assassinato de um filho.

Se uma mulher matar um bebê no útero, quer pelo uso de pressário ou de qualquer outra artimanha, 15 anos de penitência. Semelhantemente para o filho que for morto. (tradução minha)

*Si mulier per poculum aut per quamlibet artem occiderit filium in utero, XV annos peniteat. Similiter et [pro filiis] qui denati sunt hoc serbandum est.* (Körntgen; Bezler eds., 1998: p. 7).

Comparativamente, esta penitência é alta para o caso de aborto em relação à maioria dos penitenciais anteriores, porém não é incomum, particularmente para infanticídio (Elsackers, 2010: 428-29), e encontra-se em coerência com outros documentos peninsulares. Na lei visigótica, bem como no *Fuero Juzgo*, a punição do aborto poderia inclusive incluir a morte social, e a pena de morte. (Scott, 2010: 206-208; Martins, 2020: 27-28.) O cânone seguinte, sustentando o argumento que proponho, mitiga a penitência da mulher envolvida se ela for pobre reduzindo-a à metade.

Se porém, a envolvida for uma mulher pobre, 7 anos de penitência. (tradução minha)  
*Mulier autem pauperina si in hoc inruerit, VII annos peniteat.* (Körntgen; Bezler eds., 1998: p. 7).

Confirmando o enunciado acima, a constante proibição indica que aborto e infanticídio de fato ocorriam, mas não temos muitas evidências para afirmar que eram corriqueiros, e que havia a banalização do ato. Para além disto, os autores de textos penitenciais, ainda que não o fizessem de forma elaborada, sugeriam que se a mulher recorresse a esta medida por condições de pobreza, a gravidade do ato, e por sequência a penitência, eram reduzidas.

Quero agora introduzir um outro elemento, a amamentação. Ainda que este ato reflita a perpetuação da vida, este fora também percebido como uma banalização das

relações mãe-filhos, dado que desde o Egito antigo há evidências do emprego de amas de leite. Alguns textos, porém, criticam mães que evitavam amamentar para a manutenção da beleza de seus corpos e para agradar aos homens com quem se relacionavam. Porém, o que a maioria das fontes indicam, e a historiografia recente tem demonstrado, é que comumente quem recorria às amas de leite eram mulheres da aristocracia, não somente porque poderiam pagar por estes serviços, ainda que questões de classe e de propriedade sejam aqui importantes, mas o principal motivo apontado é a pressão social que estas mulheres recebiam para gerarem muitos filhos. Com isto, a liberação do serviço de amamentar, as liberava para a geração de novos herdeiros. (Harvey, 2023).

Estudos sobre a história da amamentação têm ganhado muita atenção e estes têm identificado documentos que privilegiavam a amamentação frente a outros alimentos, mas, sobretudo, que advogavam em favor da provisão do leite da mãe biológica. Katharina Harvey por exemplo identificou discursos associando devoção, piedade e castidade da provedora de leite humano, quer fosse a mãe ou uma ama com a qualidade do leite, e com a inteligência cognitiva e afetiva, além dos valores morais desenvolvidos da criança aleitada (Harvey, 2023).

Para o contexto da Península Ibérica, um estudo circunscrito no Reino de Aragão analisa relações contratuais para que mães biológicas proovessem amamentação e criação dos próprios filhos. As autoras destacam que isto ocorria principalmente dentro de duas circunstâncias, viuvez e concubinato. No caso de viuvez, a mãe poderia ser contemplada no testamento do falecido marido como a tutora dos filhos e receber um valor para a criação destes, para que estes não fossem separados, para que ela não necessitasse contrair um novo matrimônio para o autossustento, e zelasse pelas crianças (Herrero e Galán, 2017: 14-15).

Diferentemente, haviam casos nos quais os pais consentiam a tutela aos seus parentes, ou que não especificavam quem teria a tutela. Em casos nos quais a esposa e descendentes ficavam em situação de pobreza, as mães e a justiça optavam por deixar a tutela das crianças com a família do pai. Nestes casos, mães biológicas poderiam firmar contrato com a família do falecido marido para serem as amas de leite de seus

filhos, e o serviço de ama incluía uma gama de cuidados para além do ato de amamentar e nutrir (Herrero e Galán, 2017: 10-14). Semelhantemente, mulheres solteiras que viviam relações estáveis com homens igualmente solteiros, quando elas engravidavam destes homens, elas poderiam também estabelecer com eles contratos para cuidarem de seus filhos (Herrero e Galán, 2017: 15-18).

Ainda que um olhar superficial possa sugerir que estas eram relações contratuais visando exclusivamente provisões financeiras para ambas as partes, o estudo das pesquisadoras nos leva a perceber que havia uma preocupação para além desta. A própria solução em si visava garantir que estas crianças receberiam o sustento e o cuidado necessário. Em segundo, optar pelas mães biológicas e não uma outra mulher como ama demonstra o reconhecimento dos laços afetivos entre estes, e a superioridade do leite da mãe biológica para cada criança. Nestes contratos, alguns dos argumentos apresentados para estas escolhas incluíam o amor maternal pelo infante e reverência à Deus. Ou seja, a ideia de que amamentar era um serviço prestado à Deus, obrigação moral com a família, e a percepção de que remunerar uma mãe pelo trabalho com o cuidado infantil era justo, pois havia o entendimento de que cuidar de crianças era muito trabalhoso. (Herrero e Galán, 2017: 5-8).

Agora desviando o nosso olhar para o contexto irlandês, vou destacar dois trabalhos, um produzido nos campos da história e da linguística, outro no campo da arqueologia. Ambos apoiando-se sobre o arcabouço da história das emoções. O primeiro é um estudo sobre a prática da adoção (*altram*, em irlandês antigo; *fosterage*, em inglês), escrito por Thomas O'Donnell, *Fosterage in Medieval Ireland: An Emotional History*. Na Irlanda era comum que as crianças fossem educadas por outras famílias que não a sua. Estes contratos de adoção serviam para gerar vínculos entre duas famílias, e principalmente entre a criança e sua família adotiva. A lógica destes contratos tem sido comparada aos matrimônios que forjavam alianças políticas, gerando laços de reciprocidade. A criança passava a residir com sua nova família e seria educada por ela. Existem várias evidências textuais para este tipo de prática: uma lei, escrita em língua vernácula, *Cáin Íarraith*, e outros relatos narrativos em sagas e vidas de santos.

A faixa etária a qual a criança ficava em *fosterage* de acordo com algumas fontes seria a partir dos 7 anos, continuando até aos 14 anos para as meninas e 17 para os meninos. Porém, como discute O'Donnell, estas idades não eram necessariamente fixas, isto poderia ocorrer antes. Há evidências de que a mãe adotiva poderia prover aleitamento, sugerindo que o *fosterage* começaria em uma idade tenra. (O'Donnell, 2020: p. 17). O que nos interessa destacar do argumento de O'Donnell é que as relações de reciprocidade, bem como as afetivas, não se encerravam com o retorno da criança para a sua família biológica, mas durava pelo restante da vida desta.

Ele destaca que de acordo com a documentação haviam duas formas de *fosterage* (*altram*): por amor (*serce*) e pelo recebimento de uma contribuição (*fee - íarraith*). Ele também ressalta a nomenclatura empregada para os pais biológicos e os pais adotivos. A mãe biológica seria *máther* e o pai biológico *athair*, estes são termos formais, típicos de uma linguagem adulta, enquanto que os termos *muimme* ou *datnat* seriam empregados para a mãe adotiva e *oite*, *aite*, ou *datán* para o pai adotivo. Os termos utilizados para os adotivos são termos hipocorísticos, ou seja, a forma diminutiva com intenção afetiva, como mamãe e papai no português.

A metodologia de O'Donnell é de análise textual, de conteúdo e linguística, buscando por termos empregados e descrições de eventos, ações, e atitudes dos personagens nas narrativas analisadas que representassem afeto e emoções. O estudo comprova que os atos de nutrir e educar infantes e crianças geravam afeto entre cuidadores e filhos, e que na documentação analisada, alimentar e educar eram vistos como vínculos mais fortes do que os biológicos quando se tratava de emoções. A linguagem utilizada nas narrativas entre personagens interligados por relações de adoção é afetiva.

A próxima análise que pretendo elencar emana do campo da arqueologia. Eileen Murphy tem se destacado no campo da arqueologia funerária para a Irlanda pré e pós moderna e tem atrelado a este o estudo das emoções, denominado arqueologia das emoções. Murphy e Delaney publicaram com uma equipe um relatório e análise sobre as escavações em um cemitério em Ranelagh, no condado de Roscommon, República da Irlanda. Considerando que o funeral e o enterro são imbuídos de significados, e que

para além de eventos biológicos eles são também eventos culturais, a equipe defendeu que o exame destes “pode providenciar vislumbres comoventes das emoções experimentadas pelos vivos face a perda de pessoas queridas” (Delaney e Murphy, 2022: 154, tradução minha). Para eles muitos enterros são carregados de emoções positivas, atestando o cuidado e laços comunitários durante a vida e reverência na morte (Delaney e Murphy, 2022: 321).

Eles estudaram enterros duplos, de modo geral atípicos, ou seja, os enterros nos quais duas pessoas são enterradas juntas. Estes são raros no contexto irlandês, e em Ranelagh especificamente há dois enterros de bebês gêmeos; duas mulheres grávidas com os bebês em seus úteros, pois possivelmente morreram por complicações no parto, e há outros quatro casos de enterros duplos, sobre os quais as relações entre os indivíduos são menos evidentes. Vale destacar que estes são exemplos de decisões conscientes da comunidade em enterrá-los conjuntamente.

Em um deles duas crianças foram enterradas juntas, uma do sexo masculino, entre 2.5 a 3 anos de idade, e uma do sexo feminino, entre 7.5 a 9.5 anos de idade. A análise de DNA constatou que eram parentes de quarto grau, possivelmente primos. Não vou reproduzir aqui os detalhes da descrição de suas posições, mas destacar alguns aspectos tais como o fato de que os rostos estavam aproximados, a criança maior estava aparentemente abraçando a menor com um dos braços, e a outra mão parece que tocava a da criança menor.

Outro caso interessante é o de um bebê enterrado sobre o corpo de uma mulher adulta. As análises de DNA identificaram que eles não eram relacionados biologicamente (Delaney e Murphy, 2022: 171). Evidências como esta deixam em aberto especulações sobre as motivações para a comunidade os enterrarem juntos, mas considerando que estou analisando estes casos com uma pergunta específica em mente, fico a imaginar se não teria sido ela uma mãe adotiva para esta criança. Mas neste ponto, deixo claro, que isto é apenas uma sugestão interpretativa.

Em outro estudo, Murphy analisa 30 casos de morte materna na Irlanda. Nem todos estes esqueletos foram testados, então a relação biológica entre eles não foi comprovada na altura da publicação, mas a conclusão da autora é que se trata de

enterros duplos de mães e filhos. A maioria destas mães morreram ainda grávidas, mas 6 delas parecem ter morrido após ao parto, e seus recém-nascidos, também mortos, foram enterrados com elas. Ela descreve um caso no qual a mulher teria parido gêmeos e os três teriam falecido após ao parto. Os bebês foram enterrados com as cabeças sobre o abdômen dela, e a mão dela posicionada sob um deles. Caso esta interpretação não seja precisa, e os bebês tenham morrido ainda dentro do útero, a arqueóloga sugere que, neste caso, a mão dela foi deliberadamente posicionada sobre a barriga gestante dela. Murphy conclui a análise afirmando que a perda destas mulheres e seus bebês, possivelmente após partos difíceis e de muito sofrimento, teriam sem dúvida representado uma tragédia familiar para estas comunidades (Murphy, 2021: 32).

A este exemplo de demonstração material de afeto dos vivos pelos mortos, acrescento um textual. Há indícios de que na Irlanda havia a prática do lamento pelos mortos, condenada pela igreja. Em dois penitenciais, e no documento denominado como *Canones Irlandeses*, encontramos alguns cânones sugerindo penitência para quem praticasse o lamento. Dentre estes, destaco os seguintes:

*Poenitentia bardigi* (sinal da cruz) *capalbiae post laicum uel laicam .l. dies in pane et aqua.*

A penitência pelo lamento após a morte de um laico ou laica, 50 dias em pão e água.

*Si post glantellam in utero habentem uel post cohabitorem suum, .xl. dies in pane et aqua.*

Se após a morte de uma serva com criança no útero, ou após a morte de seu coabitador, 40 dias em pão e água. (Bieler, ed. e trad. 1975: cânones 26-27, p. 162-3)<sup>11</sup>

Há uma discussão sobre o emprego do termo *glantella*, que provavelmente é uma variação de *clientella*. Alexandra Begholm estudou a prática do lamento funerário nas fontes irlandesas. Ao analisar o cânone acima, ela seguiu uma interpretação proposta por Ludwig Bieler e elaborada por Cólman Etchingham<sup>12</sup> para interpretar o emprego de *glantella/clientella*, ficando entendido por eles como referente às mulheres de homens religiosos, padres, que teriam feito o voto de castidade após contrair casamento.

Ainda que as leis irlandesas permitissem o divórcio, a igreja irlandesa, seguindo discussões da patrística, o desconsiderava. Temos outros penitenciais evidenciando que algumas destas mulheres continuavam habitando com seus maridos e filhos, porém era esperado destes casais uma vida de castidade, sendo assim, ela não deveria gerar filhos, após o voto feito pelo marido (Farrell, 2011: 3-15; Farrell, 2021: 15-19).

De todo modo, o que notamos aqui é uma redução da pena pelo lamento da morte de uma mulher com uma criança em seu ventre, bem como para o parceiro dela, diferentemente da penitência de uma laica ou laico que não estivessem “gestantes”, como no cânone anterior. A gravidez em si, pode talvez ser o fator que justificaria a redução da penitência em 10 dias, pois estariam lamentando não somente a vida de adultos, mas a do feto que fora perdido com eles.

O texto não menciona a possível causa da família, mulher gestante e genitor morrerem. Fenômeno típico de documentos normativos. Pois o objetivo é sugerir penitência para determinados tipos de pecado. As circunstâncias nas quais cada delito teria ocorrido, seria narrado à um confessor. Este tendo em mãos estes livros, decidiria a melhor penitência para cada caso. Alguns prólogos à penitenciais, por exemplo, explicam ao confessor que caberia a ele considerar sexo, idade, saúde, status social, relação com o sagrado, se leigo ou religioso, e as circunstâncias sobre qual a infração foi cometida ao definir a penitência a ser prescrita. A prática de mitigar penitência para um mesmo pecado mediante às condições de adversidades era muito comum, e para tanto foram produzidos cânones com várias comutações possíveis. Como nós historiadores não temos estas informações, cabe-nos ou cotejar estes documentos com outras fontes, ou conjecturar.

Se o cânone fosse referente somente à morte da mulher gestante, poderíamos presumir um caso de aborto, por exemplo. Mas como menciona a possível morte do companheiro, podemos especular qualquer situação tal como guerra, fome, praga, etc., que teria acometido a família conjuntamente. Seja qual viesse a ser o motivo da morte de uma mãe grávida, de acordo com os penitenciais o lamento funerário não deveria ser realizado nem por ela, nem por nenhum outro indivíduo. Mas se o lamento ocorresse,

lamentar a morte de uma grávida, parece ter sido considerado um pouco menos agravante do que a morte de mulher laica e não gestante.

Ou talvez, se a interpretação de que o cânone se remete à família de um religioso estiver correta, o status social deles, poderia representar à penitência inferior em relação ao lamento de laicos, ou seja, o lamento pela perda de uma família religiosa e celibatária, seria mais justificada socialmente, ainda que eles tivessem pecado e gerado uma criança, e poderia, portanto, ser purificada mais rapidamente. Neste caso a mulher no cânone acima não seria uma serva no sentido estrito do termo, e como traduzido por Bieler, mas uma espécie de concubina de um religioso. Os cânones consequentes deste texto sugerem que o status é a chave para a compreensão da lógica da redução das penitências. No cânone 28, o lamento pela morte de um clérigo demandaria 20 dias de penitência, enquanto que o no cânone 29 o lamento por um anacoreta, bispo, escriba, grande príncipe ou rei justo exigiria apenas 15 dias para a sua purificação.

### **Considerações finais**

Este artigo reflete, partindo de estudos recentes e evidências documentais e arqueológicas, sobre relações de afetividade parental em sociedades pré-modernas. Retoma, visando desconstruir, a recepção das conclusões propagadas por Ariès e Badinter em campos do conhecimento não históricos. Do primeiro, a generalização de que as sociedades pré-modernas teriam dado pouco importância à infância, banalizando a morte de crianças, e por conseguinte naturalizando o aborto e o infanticídio, que geram a ideia de que mães, pais e as comunidades em geral depositavam pouca importância nestas jovens vidas.

Da segunda, o fato de que na era vitoriana se delineou um determinado modelo de mulher, e de mãe, vinculada ao lar, desempenhando um sistema de “maternagem intensa”, na qual ela passa a ser a principal, senão a única cuidadora das crianças, gerando a impressão, de que antes deste período as mães não desempenhavam bem o seu papel de cuidadoras. Como O’Reilly argumentou, o patriarcado não inventou o fato de que a infância é um período de alta dependência física e emocional, isto é um fato

científico. O problema foi depositar este peso exclusivamente nas costas da mãe biológica (O'Reilly, 2004: 6). Antes da era vitoriana mães biológicas, bem como outros indivíduos providenciaram os cuidados que as crianças precisavam, e cada sociedade elencou as pessoas que cumpririam estas tarefas, e os termos sob os quais fariam. Poderia ser os pais biológicos, ou apenas a família de um destes em caso de divórcio, morte ou concubinato, amas de leite, famílias adotivas, ou a comunidade de modo geral. Mas alguém executaria a maternagem: alimentando, vestindo, cuidando, protegendo, ensinando as crianças dentro de suas respectivas culturas, além de amando.

Não trata-se aqui, porém, de romantizar a infância na pré-modernidade. Claro, que como Hermida destaca para o início da modernidade (Hermida, 2021: 17-30), o mesmo vale para a os períodos anteriores, houveram crianças de classes desfavorecidas que não experimentaram a infância da mesma maneira que crianças de classes mais abastadas. Mal tratos e exploração infantil sempre ocorreram, e ocorrem, infelizmente, até hoje. Além disso, como Herrero e Galán destacaram, houveram casos na Inglaterra do século XIV onde crianças teriam morrido por descuido das amas de leite e suas respectivas famílias que cuidavam das crianças em suas próprias casas, distantes das famílias biológicas. Fato utilizado pelas autoras para argumentar que havia uma tendência justificada a preferir a amamentação e o cuidado realizados por mães biológicas (Herrero e Galán, 2017: 19).

Vimos que os estudos sobre maternidade e maternagem cresceram muito nas últimas décadas nos centros de estudos das mulheres e de gênero, e que tem ganho espaços nos campos da história e da arqueologia, com destaque para as pesquisas da arqueóloga Katharina Rebay-Salisbury para sociedade pré-históricas.<sup>13</sup> No medievo a maioria dos estudos são vinculados à maternidade espiritual, mas a investigação de Mary Dockray-Miller sobre a sociedade anglo-saxã é exemplo de estudo focado na maternidade física, quer seja por mulheres históricas ou fictícias de textos narrativos como *Beowulf*. (Dockray-Miller, 1999: 1-2, 77).

Refletimos sobre o papel do aborto e do infanticídio. Há indícios de que mulheres pré-modernas recorreram a estes, de fato. Contudo, desconsidero que o aborto e o infanticídio ocorriam devido à alta mortalidade infantil e suposta decorrente

naturalização da morte. Busquei exemplificar através da prática do lamento funerário condenado em livros penitenciais, mas sobretudo através do trabalho de Eileen Murphy que sim, os pré-modernos lamentavam a perda das vidas, de todas as idades, inclusive as pequenas.

As fontes que discutem, permitem, proveem receitas e métodos abortivos ou expulsivos, bem como as que proíbem estas práticas, demonstram a compreensão que havia das condições materiais de existência, como a pobreza e questões culturais, tais como o próprio conceito de pecado e vergonha, que poderiam fazer com que pessoas recorressem a estes recursos. Ainda que houvesse penalizações civis e penitências religiosas para os que causassem abortos ou assassinassem crianças, e em alguns casos estas poderiam ser bastante severas, havia também as mitigações destas.

Cabe ainda ressaltar que a análise específica de espaço-tempo pode alterar as evidências. Ainda que, por exemplo, livros de penitências tenham sido produzidos e copiados ao longo do medievo, as penitências para cada tipo de pecado, incluindo para as inflações discutidas aqui, diferenciam de texto a texto, de comunidade a comunidade, pois cada autoridade e sociedade tinha uma percepção da gravidade de tal ato, e poderiam aumentar ou reduzir a penitência conforme o pensamento da época.

No que tange à amamentação, nota-se uma forma de entendimento do valor desta, ainda que as percepções pelos motivos aos quais o leite materno é superior à outras formas de aleitamento infantil não sejam as mesmas do entendimento do nosso mundo contemporâneo. A prática da existência de nutrizes, e a remuneração destas, mesmo quando era praticada por mães biológicas, como no reino de Aragão, dependendo do olhar lançado podem levar a conclusões que estas relações eram meramente materiais. Porém a análise atenciosa e elaborações de questões adequadas evidenciam que o discurso por detrás destes contratos pode evidenciar o interesse de manter mães e filhos juntos devido ao afeto que estes nutriam um pelo outro.

Os conceitos de amor e afetividade são amplamente complexos, bem como as evidências destes e os estudos sobre estes, em qualquer campo do conhecimento. Não propus aqui fazer um estudo psicológico, e nem mesmo teorizar a respeito do conceito de emoções. Isto já tem sido feito com excelência por muitos pesquisadores, e

provavelmente o será no âmbito deste dossiê por algum(a) outro(a) colega, ou mesmo os apresentadores desta edição. Mas devido ao meu interesse na maternagem em sociedades pré-modernas, a história das emoções traz contribuições importantes que permeiam o conceito de maternar, bem como o papel sociocultural das mães nas sociedades pré-modernas.

O exercício que redundou nesse texto, dentre outros aspectos, me levou a olhar para documentos que apresentam vestígios para o lamento dos mortos, inclusive de mães grávidas, mesmo que o seu status civil não fosse o indicado pela comunidade religiosa que produziu o documento, que apontam que até mesmo a prática do lamento era condenada.

Assim, dialogar com estudos que ou analisam a linguagem afetiva empregada para as relações familiares em documentos narrativos, ou os vestígios de sofrimento pela morte de mães e crianças, que tentavam demonstrar através de seus funerais e enterros os laços de afetividade, acabam por elucidar aspectos da maternagem. Considerar estudos que analisaram relatos sobre amamentação e o cuidado infantil propicia encontrar informações sobre laços entre mães e filhos.

O balanço geral é concluir e ressaltar que as sociedades pré-modernas nos deixaram evidências suficientes que permitem inferir que havia afeto e apreciação pelas crianças, que haviam laços afetivos entre mães e filhos e entre estes e suas comunidades. Afinal eles eram humanos, e a perpetuação da espécie não se daria sem zelo pela prole.

## Referências

### Textos Medievais Impressos

BIELER, Ludwig (ed. e trad.). *The Irish Penitentials*. With an appendix by D. A. Binchy. 2 ed. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1975. *Scriptores Latini Hiberniae* v.5,

FUERO JUZGO en Latin y Castellano, Cotejado con más antiguos y preciosos códices por la Real Academia Española. Madrid: Cámara de S. M. 1815. (Edição fac-símile da Universidad de Sevilla).

KÖRNTGEN, Ludger; BEZLER, Francis. *Paenitentialia Hispaniae*. Paenitentialia Francia, Italiae, et Hispaniae Saeculi VIII-XI. Corpus Christianorum, Series Latina CLVI A. Turnholt: Brepols, 1998.

PINHEIRO, Cristina S.; PINHEIRO, Joaquim; SILVA, Gabriel F.; FONSECA, Rui Carlos (Ed.). *Ginaikeia*. Coletânea de textos antigos de ginecologia. Famalicão: Edições Humus, 2022.

SCOTT, S. P. (Ed.) *The Visigothic Code*. Boston: The Boston Book Company, 1910.

### Estudos

ARIÈS, Philip. *História Social da Criança e da Família*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.

BADINTER, Élisabeth. *Amor Conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.

BAUMGARTEL, Kelley; SNEERINGER, Larissa; COHEN, Susan. From Royal wet-nurses to Facebook: the evolution of breastmilk sharing. *Breastfeed Review*, v. 24, n. 3, p. 25-32, 2016.

BERGHOLM, Alexandra. Ritual Lamentation in the Irish Penitentials, *Religion*, v. 12, n. 3, p. 1-12, 2021.

BEZLER, FRANCIS. *Les Pénitentiels Espagnols. Contribution à l'Etude de la Civilisation de l'Espagne Chretienne du Haut Moyen Age*. Spanische Forschungen der Goerresgesellschaft, Zweite Reihe. Munster: Aschendorff, 1994.

CALATRAVA, Paloma Moral de. El aborto en la literatura médica castellana del siglo XVI. *DYNAMIS. Acta Hisp. Med. Sci. Hist. Illus.*, n. 26, p. 39-68, 2006.

CALATRAVA, Paloma Moral de. Frígidos y maleficiados. Las mujeres y los remedios contra la impotencia el la edad media. *Asclepio. Revista de Historia de la Medicina y de la Ciencia*, v. 64, n. 2, p. 353-372, 2012.

DALLY, Ann. *Inventing Motherhood: the consequences of motherhood*. Burnett Books, 1982.

DELANEY, Shane; MURPHY, Eileen; with contributors. *The Forgotten Cemetery: Excavations at Ranelagh, Co. Roscommon*. Dublin: Transport Infrastructure Ireland, 2022.

DOCKRAY-MILLER, Mary. *Motherhood and Mothering in Anglo-Saxon England*. New York: Palgrave, 1999.

ELSAKKERS, Marianne. *Reading between the lines: Old Germanic and early Christian views on abortion*. 2010. Tese (Doutorado), Universidade de Amsterdam, Amsterdam, 2010. Disponível em <<https://hdl.handle.net/11245/1.327030>>. Acessado em 29/07/2023.

FALK, Seb. *The Light Ages: The surprising story of medieval science*. W.W. Norton & Company: 2020.

FARRELL, Elaine C. S. Pereira. Serviço pastoral e dependentes eclesiásticos na Irlanda na Alta Idade Média. *Brathair*, v.11, n. 2, p. 3-15, 2011.

FARRELL, Elaine C. S. Pereira. *Ruina Maxima: Shameful birth in Early Irish Religious Communities*. In: RYAN, Salvador (org.). *Birth and the Irish: A miscellany*. Dublin: Wordwell, 2021. p. 15-19.

GRADVOHL, Silvia M. O.; OSIS, Maria José D.; MAKUCH, Maria Yolanda. Maternidade e formas de Maternagem desde à Idade Média à atualidade. *Pensando Famílias*, v. 18, n. 1, p. 55-62, 2014.

GREEN, Fiona Joy. Mothering versus Motherhood. In: O'REILLY, Andrea (ed.). *Encyclopedia of Motherhood*. Califórnia e Londres: Sage, 2010. 3 v. p. 839-840.

HARVEY, Katherine. Medieval babycare: from breastfeeding to developmental toys. *Aeon Essays*. Disponível em <<https://aeon.co/essays/medieval-babycare-from-breastfeeding-to-developmental-toys>>. Acessado em 26/07/2023.

HERMIDA, Jorge Fernando. Criança e infância da obra de Philip Ariès e nos clássicos da História Social da Classe Operária: em busca das crianças invisíveis - as crianças proletárias. *Polyphonia*, v. 32, n. 2, p. 17-38, 2021.

HERRERO, María del Carmen G.; GALÁN, Cristina Perez. Salaried Mothers: Breastfeeding and Rearing Infants in the kingdom of Aragon. *Early Modern Women*, v. 11, n. 2, p. 3-21, 2017.

KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. *O Martelo das Feiticeiras*. 12ed. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

MEENS, Rob. *Penance in the Middle Ages 600–1200*, Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

MARTINS, Rosiane Graça Rigas. Abortadora e Aborticida: um estudo comparativo das categorias de agentes do delito de aborto no Reino de Castela e suas Penalidades no *Fuero Juzgo* (século XIII). In: CAROLI, Karla; FORTES, Carolina. *Mulheres Tecendo o Tempo: experiencias e experimentos femininos no medievo e na contemporaneidade*. Curitiba: Editora CRV, 2020. p. 21-31.

MISTRY, Zubin. *Abortion in the Early Middle Ages, c.500-900*. Woodbridge: Boydell & Brewer, 2015.

MURPHY, Eileen M. 'The Child that is born of one's fair body' - maternal and infant death in medieval Ireland. *Childhood in the Past*, v. 14, n.1, p. 13-37, 2021.

MURPHY, Eileen M. Children's burial grounds in Ireland (Cillíní) and Parental Emotions Towards Infant Death. *Int J Histor Archaeol*, v. 15, p. 409-428, 2011.

NAVNEET MAGON, Sanjay Kara. Review Article: The orgasmic history of oxytocin: Love, Lust and Labour. *Indian Journal of Endocrinology and Metabolism*, v. 15, n. 3, p. 156-161, 2011.

O'DONNELL, Thomas C. *Fosterage in Medieval Ireland: An Emotional History*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2020.

O'REILLY, Andrea (ed.). *From Motherhood to Mothering. The Legacy of Adriene Rich's Of Woman Born*. New York: State University of New York Press, 2004.

O'REILLY, Andrea (ed.). *Encyclopedia of Motherhood*. Califórnia e Londres: Sage, 2010. 3 v.

PAPASTRAVOU, M; GENITSARIDI, S.M; KOMODIKI, E.; PALIATSOU, S; MIDW, R; KONTOGEORGOU, A; IACOVIDOU, N. Breastfeeding in the Course of History. *Journal of Pediatrics and Neonatal Care*, v. 2, n. 6, p. 1-9, 2015.

PINTO, Otávio Luiz Vieira. Made in Medieval: a 'exportação' do Medievalismo e a compreensão da História Africana. *Antíteses*, v. 13, n. 26, p. 126-155, 2020.

P'RUHLEN, Sünje. What was the best for an infant from the Middle Ages to Early Modern Time in Europe? The discussion concerning Wet nurses. *Hygiea Internationalis*, v. 6, n. 2, p. 195-213, 2007.

TARLOW, Sarah. The Archaeology of Emotions and Affect. *Annual Review of Anthropology*, v. 41, p. 169-85, 2012.

THURER, Shari L. *The Myth of Motherhood: how culture reinvents the good mother*. Penguin, 1994.

## Notas

---

<sup>1</sup>Doutora em História pela University College Dublin – UCD. Bolsista FAPERJ.

<sup>2</sup> <https://journalofmotherhoodinitiative.org/> (Acessado em 26.07.2023).

<sup>3</sup> Há outros exemplos. Sobre amamentação ver Papastavrou *et. all.* 2015; Baumgartel *et. all.* 2016. Um projeto que visa estabelecer o diálogo entre historiadores e pesquisadores na área da pediatria é o *MotherBreast: Lactating Breasts: Motherhood and Breastfeeding in Antiquity and Byzantium (4th century BCE-7th century CE)*, liderado por pesquisadores da Universidade do Chipre: <https://www.ucy.ac.cy/motherbreast/>. As discussões sobre a humanização versus medicalização do parto, atrelado a discussões de gênero tem despertado o interesse dos profissionais da obstetrícia na medicina pré-moderna e atuação das parteiras no passado. Para estudos realizados por uma pesquisadora vinculada a um departamento de enfermagem, ver os trabalhos de Paloma Moral de Calatrava da Universidade de Murcia. Para reflexões com interesse na história da farmácia como disciplina, ver os trabalhos de Paloma Ruiz Verga da Universidade de Cádiz. A historiografia espanhola tem se destacado no campo da história da medicina feminina. Nesse sentido, ver os trabalhos de Carmem Caballero Navas, do Departamento de Estudos Semíticos, da Universidade de Granada.

<sup>4</sup> Este é um estudo sobre sociedades conhecidas como medievais, mas estou optando pela nomenclatura pré-modernas. Por dois motivos, um porque é mais neutra, vista os debates recentes. O segundo, porque dialogo com estudos sobre a antiguidade e não há um grande corte entre os conteúdos de textos obstétricos antigos e medievais. Ao contrário, há uma continuidade da tradição até o começo da



**Brathair**

Grupo de Estudos Celtas e Germânicos  
*Celtic and Germanic Study Group*

**Brathair** 23 (1), 2023  
ISSN 1519-9053

modernidade. Fiz um esforço em manter uma constância e clareza no uso dos termos

<sup>5</sup> Para citar um entre muitos trabalhos que descontroem a ideia de que a Idade Média era o tempo das trevas e do retrocesso, recomendo a leitura da obra de Seb Falk, *The Light Ages: The surprising story of*

*medieval science* premiado como melhor livro em 2020 por *The Telegraph*, *The Times* e a *BBC History Magazine*. Nesta obra o autor produz uma narrativa através do olhar de um monge astrônomo que ilumina as conquistas tecnológicas e científicas ocorridas no medievo, e portanto, a princípio, é um livro escrito para agradar também as audiências não especialistas no assunto. Para compreender debates recentes criticando a visão eurocêntrica produzida pela historiografia sobre o medievo, e apresentando novas abordagens e *loci* investigativos, assim como para o emprego do conceito de sociedades pré-modernas pelo qual opto aqui, recomendo a leitura dos trabalhos do colega Otávio Luiz Vieira Pinto, professor de História (pré-moderna) da África da Universidade Federal do Paraná. (Pinto, 2020: 147.)

<sup>6</sup> Ao longo do artigo e da bibliografia alguns são apresentados. Destaco o trabalho de Pedro Peixoto da Universidade Federal do Rio de Janeiro e de Katharina Rebay-Salisbury da Academia Austríaca de Ciências para sociedades pré-históricas. Rebay-Salisbury recebeu entre 2017-21 o total de €1.499.680,00 do *European Research Council* para contratar um equipe e trabalhar na investigação sobre O valor das mães para a sociedade: respostas a maternidade práticas de criação infantil em sociedades pré-históricas, <https://cordis.europa.eu/project/rcn/204091/en> (acessado em 29/07/2023).

A *playlist* na TV PEM da Conferências do Evento Internacional e Híbrido Maternidades em Sociedades Pré-Modernas, organizado pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada (2023), é uma útil introdução ao tema.

<https://11nq.com/Evento-Maternidades-UFRJ-2023-playlist> (Acessado em 29.07.2023).

<sup>7</sup> A literatura sobre o assunto é vasta. Os autores que se destacam no campo do estudo sobre manuscritos de uso pastoral, sobre o trabalho de padres locais itinerantes, e de confessores são Rob Meens, Yitzhak Hen, Carine van Rhijn, Steffen Patzold e Andrew Reeves, Júlia Barrow dentre outros. Para uma introdução geral à estas questões ver Meens 2014, no qual ele introduz os principais penitenciais produzidos antes de 1200, incluindo os espanhóis (Capítulo 6), seus contextos de produção e os estudos disponíveis.

<sup>8</sup> Há alguns trabalhos pontuais sobre estes textos, geralmente produzidos em francês, dentre eles o de Francis Bezler, que não tem mais produzido na área. Até o presente momento, a nossa constatação é que estes documentos receberam pouca atenção na historiografia Ibérica. Faz parte do projeto de pesquisa que financiou a pesquisa e elaboração deste artigo aprofundar os estudos sobre estes documentos.

<sup>9</sup> Rob Meens acessou para esta conclusão um trabalho de 2004 produzido por A. J. Martin Duque.

<sup>10</sup> Prefiro esta tradução à proposta por Marianne Elsackers “On Murderous Women” (2010, p. 294, 428).

<sup>11</sup> Com agradecimento ao *Governing Board of the School of Celtic Studies of the Dublin Institute for Advanced Studies*, que me concedeu por escrito permissão em 24.03.2023 para produzir traduções para a língua portuguesa dos textos editados por Bieler (1975).

<sup>12</sup> Ex-professor da Universidade de Maynooth, República da Irlanda. Recentemente falecido em 06 de junho de 2023, e uma grande perda para o campo de estudos da Igreja Irlandesa e dos Vikings na Irlanda. *May he rest in peace.*

<sup>13</sup> Ver nota 6.